MONSUL – POVOA DE LANHOSO
NIPC: 503529320

CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE MONSUL

Sempre a enfrentar necessidades!

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2022

Monsul, março de 2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
Exercício de 2022

Em cumprimento das suas atribuições, vem a Direção do Centro Social e Paroquial de Monsul apresentar o Relatório de Atividades e Contas da Direção do período de 2022:

1. Envolvente

A economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento no horizonte de projeção, num contexto em que a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza.
O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e converge nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. A expansão da atividade económica traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego.
A inflação aumenta em 2022 para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação. Estes efeitos dissipam-se no horizonte de projeção, mas são parcialmente contrabalançados por pressões acrescidas sobre salários e preços, num contexto de utilização mais intensiva dos recursos na economia portuguesa.
A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

A atividade económica beneficia de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis, apesar de o mercado antecipar um aumento gradual das taxas de juro.

As instituições de solidariedade social continuam a ser indispensáveis na compensação social das situações que o Estado, pela sua estrutura pesada, não pode solucionar. Estas instituições têm contribuído de forma exemplar para a redução das carências primárias que cada vez mais assolam o País. Neste contexto as IPSS continuam a desempenhar um papel importante, no apoio diário a todas as pessoas que, por razões de abandono, de velhice, de desemprego, de doença e outras, necessitam de auxílio.

2. Atividade

Em 2022, o Centro Social e Paroquial de Monsul manteve a sua atividade centrada no apoio domiciliário. A média de utentes continua a ser de 30. Durante o ano de 2022, o Centro Social ainda manteve a sua atividade limitada às regras de segurança ditadas pela DGS, resultantes da situação de pandemia de COVID 19.

Animação e saúde: Durante o ano de 2022 as atividades de Animação decorreram normalmente, tal como, o acompanhamento semanal realizado pela Enfermeira voluntária na Instituição.

3. Formação

No ano de 2022, a formação dada às colaboradoras foi nas áreas de Primeiros Socorros e de Comunicação Interpessoal e Comunicação Assertiva, num total de 50 horas, ministradas pela empresa Saber Mais e Centro Qualifica AEBraga.

4. Investimentos

Em 2022, houve investimento em equipamentos, nomeadamente: uma máquina da roupa LG de 870€; uma arca Eurofrio de 480€; um televisor Blaupunkt de 139,90€; uma máquina de café PD de 24,99€; e, um computador Intel de 650€.
Houve também investimento em ativos intangíveis, designadamente, numa licença de software para gestão de utentes e faturação, no montante de 1.719,56€.

5. Evolução de gastos, rendimentos e resultados

Os serviços prestados (matrículas e mensalidades dos utentes e outros serviços) atingiram o montante de € 36.475,00, contra € 44.470,50 do ano anterior, pelo que se registou uma redução na ordem dos 18%, essencialmente devido à faturação das refeições ao Município da Póvoa do Lanhoso registada em 2021 e que não houve em 2022.
Da Segurança Social foram recebidos subsídios no montante de € 115.892,73, contra € 97.798,80 em 2021, logo, houve aqui um aumento de 18,5%. Este crescimento é justificado pelo pagamento em dezembro de 2022, por parte da Segurança Social, da comparticipação extraordinária de 2022, da comparticipação extraordinária de 2023 e da antecipação de 4,2% da atualização de 5% estipulada para 2023, além da comparticipação normal relativa a novembro de 2022.
Os subsídios da Segurança Social foram assim distribuídos: subsídio à valência de Apoio Domiciliário – € 113.153,73; subsídio PEA – Cantina Social – € 2.645,00; e, subsídio de apoio à família (Apoios COVID) – € 94,00. Do IAPMEI, foi recebida a compensação pelo aumento do SMN, no montante de € 560,00. Do Banco Alimentar foram recebidos géneros alimentares, avaliados em € 1.082,12; foram recebidos donativos de particulares no total de € 3.080,00; e, uma comparticipação do Município da Póvoa de Lanhoso no montante de € 14.804,50, para o projeto de requalificação e alargamento sociais do PRR.
Os gastos com pessoal em 2022 atingiram € 82.367,55, contra € 79.940,84 em 2021, verificando-se um aumento de cerca de 3% justificado pelo aumento do SMN e amenizado pela baixa médica da Diretora Técnica a partir de agosto de 2021. Os fornecimentos e serviços externos atingiram o montante de € 45.878,05, contra € 30.782,01 suportados no ano anterior, revelando um aumento de 49%, principalmente devido ao agravamento do custo com combustíveis (+25%) e com trabalhos especializados (+432%). Este aumento de cerca de € 15.000,00 em trabalhos especializados diz respeito, essencialmente, à fatura de € 14.242,79 emitida pelo gabinete de arquitetura para a candidatura ao Projeto de requalificação e alargamento sociais do PRR, cuja candidatura acabou por não ser aceite.

Resultados: O exercício de 2022 encerrou com um lucro de 7.751,59 euros, conseguido essencialmente pela comparticipação do Município da Póvoa do Lanhoso, no montante de 14.804,50 euros, para fazer face à despesa incorrida na candidatura ao projeto do PRR, e pelas comparticipações extraordinárias da segurança social.

6. Evolução da situação financeira

Na sequência do lucro conseguido em 2022, os principais índices sofreram uma melhoria e indicam agora uma situação financeira mais saudável e

equilibrada. Destacam-se os seguintes indicadores: autonomia financeira – 50% (em 2021 era de 49%); liquidez geral – 159% (em 2021 era de 145%); solvabilidade – 99% (em 2021 era de 96%). O Fundo de Maneio passou de € 6.388 para € 12.560.

7. Proposta de aplicação do resultado líquido do período:

O exercício de 2022 encerrou com resultado líquido positivo no montante de € 7.751,59. A Direção propõe que este resultado transite na totalidade para a conta de resultados transitados.

8. Perspetivas para 2023

Mantém-se o cenário de incerteza face à evolução da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e os impactos económico-financeiros decorrentes do conflito, no entanto, é de prever que se mantenha a situação de inflação dos preços, embora em percentagens mais reduzidas relativamente a 2022. Principalmente, os aumentos gravosos verificados nos produtos alimentares essenciais, juntamente com o aumento do SMN de 2023 para os 760€, trará com certeza dificuldades acrescidas às IPSS, uma vez que estão sujeitas aos constantes aumentos de custos, e não conseguem repercutir esses aumentos nas mensalidades dos utentes.
Deste modo, A Direção do Centro Social de Monsul vai continuar a lutar pela manutenção da sua estrutura financeira, através de um controlo rigoroso dos gastos, e a procura de apoios para a instituição.
Deste modo, a Direção irá realizar nova candidatura a apoio do PRR, destinado exclusivamente à resposta social SAD.
Para além desta candidatura ao PRR, a Direção pretende também avançar com uma nova candidatura ao concurso da Fundação "La Caixa" do Banco BPI.
Prevê-se também, se a situação financeira assim o permitir, a aquisição de uma nova carrinha de nove lugares, para transporte dos utentes.
Por fim, a Direção está a trabalhar igualmente na abertura de uma nova resposta social, que será o Centro de Convívio, de modo a aumentar a sua oferta de serviços à comunidade.

Monsul, 25 de março de 2022

A DIREÇÃO

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MONSUL

Monsul - Póvoa de Lanhoso
NIPC: 503 529 320

ORGÃOS SOCIAIS

QUADRIÉNIO DE 13-04-2021 A 13-04-2025

DIREÇÃO

Presidente – P.e António Rafael Moreira Poças;
Vice-Presidente – José Manuel da Silva Tinoco;
1º Secretário – Ângela Maria Ferreira Morais;
2ª Secretária: Marcos André Faria da Silva;
Tesoureiro – Basílio Manuel da Silva.

CONSELHO FISCAL

Presidente – Isabel Coelho Barroso;
Secretário – Belmiro do Carmo da Silva Faria;
Vogal – João Filipe Matos Gomes.

Pela Cúria Arquiepiscopal foi designado Órgão de Vigilância o Padre Armindo Ribeiro Gonçalves.

Mapas

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/dez/22	31/dez/21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	5 934,04	6 302,74
Ativos intangíveis	7	1 719,56	0,00
Investimentos financeiros	5	1 134,31	905,19
Total Ativo não corrente		8 787,91	7 207,93
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	14	0,00	77,34
Outros créditos a receber	14 / 13	537,48	1 832,29
Diferimentos	12	1 391,77	1 326,46
Caixa e depósitos bancários	4	32 089,61	17 385,19
Total Ativo corrente		34 018,86	20 621,28
Total do Ativo		42 806,77	27 829,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	2 379,27	2 379,27
Excedentes técnicos	11	18 000,00	18 000,00
Resultados transitados		-6 783,03	-11 742,51
Resultado líquido do período		7 751,59	4 959,48
Total de Fundos Patrimoniais		21 347,83	13 596,24
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	5 909,65	2 754,27
Estado e outros entes públicos	14	1 977,85	1 341,19
Outros passivos correntes	14	13 571,44	10 137,51
Total Passivo corrente		21 458,94	14 232,97
Total do Passivo		21 458,94	14 232,97
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		42 806,77	27 829,21

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

Demonstração Individual dos Resultados
Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021
Vendas e serviços prestados	9	36 475,00	44 470,50
Subsídios, doações e legados à exploração	10	135 419,35	104 481,46
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(32 482,99)	(30 571,33)
Fornecimentos e serviços externos	15	(45 878,05)	(30 782,01)
Gastos com o pessoal	16	(82 367,55)	(79 940,84)
Outros rendimentos	17	139,41	836,84
Outros gastos	18	(1 019,90)	(1 163,18)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamentos e impostos (EBITDA)		**10 285,27**	**7 331,44**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(2 533,68)	(2 371,96)
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos) (EBIT)		**7 751,59**	**4 959,48**
Resultado antes de impostos (EBT)		**7 751,59**	**4 959,48**
Resultado líquido do período		**7 751,59**	**4 959,48**

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	PERÍODOS 2022	PERÍODOS 2021	Evolução Valor	Evolução %
FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	45 878,05	30 782,01	15 096,04	49,0%
SUBCONTRATOS	0,00	382,50	-382,50	-100,0%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	24 838,33	9 087,41	15 750,92	173,3%
Trabalhos Especializados	18 672,26	3 507,08	15 165,18	432,4%
Publicidade e Propaganda	0,00	20,00	-20,00	-100,0%
Vigilância e Segurança	488,02	458,78	29,24	6,4%
Honorários	208,00	1 396,13	-1 188,13	-85,1%
Conservação e Reparação	5 258,73	3 477,95	1 780,78	51,2%
Serviços Bancários	211,32	227,47	-16,15	-7,1%
MATERIAIS	1 541,31	2 601,59	-1 060,28	-40,8%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	1 112,06	2 379,12	-1 267,06	-53,3%
Material de escritório	294,72	154,72	140,00	90,5%
Artigos para oferta	84,44	0,00	84,44	100,0%
Outros	50,09	67,75	-17,66	-26,1%
ENERGIA E FLUIDOS	13 704,43	11 633,02	2 071,41	17,8%
Electricidade	2 449,16	2 580,27	-131,11	-5,1%
Combustíveis	10 302,42	8 225,91	2 076,51	25,2%
Água	952,85	826,84	126,01	15,2%
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1 440,79	2 521,08	-1 080,29	-42,9%
Deslocações e Estadas	1 440,79	2 521,08	-1 080,29	-42,9%
SERVIÇOS DIVERSOS	4 353,19	4 556,41	-203,22	-4,5%
Comunicação	659,47	720,96	-61,49	-8,5%
Seguros	2 005,44	1 589,61	415,83	26,2%
Contencioso e notariado	0,00	150,00	-150,00	-100,0%
Limpeza, Higiene e Conforto	1 663,28	1 964,77	-301,49	-15,3%
Outros serviços	25,00	131,07	-106,07	-80,9%

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

Maria Fernanda

Ângela Maria Ferreira Morais Prieto

Basílio

Demonstração dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	36 475,00	44 470,50
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-74 827,85	-37 958,00
Resultado bruto		-38 352,85	6 512,50
Outros rendimentos		135 558,76	105 318,30
Gastos de distribuição		-52 486,67	-78 083,18
Gastos administrativos		-19 172,96	-22 005,01
Outros gastos		-17 794,69	-6 783,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		7 751,59	4 959,48
Resultado antes de impostos		7 751,59	4 959,48
Resultado Líquido do período		7 751,59	4 959,48

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/dez/22	31/dez/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		36 475,00	47 438,50
Pagamentos a fornecedores		(75 332,80)	(63 464,75)
Pagamentos ao pessoal		(79 455,14)	(85 800,29)
Caixa gerado pelas operações		(118 312,94)	(101 826,54)
Outros recebimentos / pagamentos		137 106,03	103 875,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		18 793,09	2 049,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(2 139,99)	(924,00)
Ativos intangíveis	7	(1 719,56)	0,00
Investimentos financeiros	5	(229,12)	(905,19)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(4 088,67)	(1 829,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		14 704,42	220,07
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 385,19	17 165,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32 089,61	17 385,19

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

INDICADORES / RÁCIOS

Indicadores	Cálculo	2022	2021
A - RÁCIOS LIQUIDEZ E FINANCEIROS			
Liquidez geral	Ac / Pc	159%	145%
Liquidez reduzida	(Ac - Inv) / Pc	159%	145%
Autonomia financeira	CP / A	50%	49%
Solvabilidade	CP / P	99%	96%
Taxa de endividamento	P / A	50%	51%
Cobertura dos ativos não correntes	(CP + Pnc) / Anc	243%	189%
Fundo de Maneio (FM)	Ac - Pc	12 560 €	6 388 €
Necessidades cíclicas de exploração (NCE)	Inv + Cli + EOEP	0 €	77 €
Recursos cíclicos de exploração (RCE)	Forn + EOEP	7 887 €	4 095 €
Tesouraria Líquida	FM - NCE + RCE	20 447 €	10 406 €
B - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE			
Rendibilidade do capital próprio	RL / CP	36%	36%
Rendibilidade das vendas	EBITDA / VN	28%	16%
Margem Bruta (€)	VN + VP - CMC	3 992,01 €	13 899,17 €
Margem Bruta (%)	-	11%	31%
C - RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO			
Valor Acrescentado Bruto (VAB)		93 533 €	87 599 €
VAB / Vendas	-	256%	197%
Autofinanciamento (Cash-flow)	-	10 285,27 €	7 331,44 €
Cash-flow / Vendas	-	28%	16%
Prazo médio recebimentos (dias)	Cli x 365 / VN	0	0
Prazo médio pagamentos (dias)	For x 365 / (Cmp + FSE)	28	17
N.º de colaboradores		7	7

Abreviaturas: A = Ativo | P = Passivo | CP = Capital Próprio | Ac = Ativo corrente | Pc = Passivo Correntes | Anc = Ativo não corrente | Pnc = Passivo não Correntes | Inv = Inventários | VN = Volume negócios | RL = Resultado Líquido período

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: Centro Social e Paroquial de Monsul

1.2 Sede: Igreja de Monsul, 4830-416 Póvoa de Lanhoso

1.3 Número identificação Fiscal da Entidade: 503 529 320

1.4 Atividade principal: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO (CAE: 88101).

1.5 Durante o período o número médio de empregados ao serviço foi de 7.

1.6 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

1.7 As presentes demonstrações financeiras da Entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

As normas do Sistema de Normalização Contabilística, incluem os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Pressuposto da continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, A Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Regime de acréscimo (periodização económica)

A Entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), ou seja, à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são apresentadas nas rubricas "outros créditos a receber", "outros passivos correntes" e "diferimentos".

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, e os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Apresentação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são apresentados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transação independentemente da forma legal que assumam.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados neste anexo.

Uma vez que não existem eventos materialmente relevantes após a data do balanço, não houve necessidade de proceder a qualquer divulgação neste anexo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, o qual está de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.
As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Dado que o órgão de gestão não possui uma estimativa fiável do valor residual dos activos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos activos fixos tangíveis.
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de desenvolvimento, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.
As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros – outras entidades

Os investimentos financeiros em outras entidades são registados pelo método de justo valor (se fiável) ou o modelo do custo em alternativa.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido.
O custo de aquisição engloba o preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compras não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos dos descontos comerciais e abatimentos. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.
O valor realizável líquido é o preço de venda normal estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos financeiros. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, o seguintes ativos e passivos financeiros:
a) Clientes e outras dívidas de terceiros: os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.
b) Caixa e depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica de "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo.
c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros: os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são reconhecidos ao custo.
d) Financiamentos obtidos: Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (ou no ativo, caso estejam associados a ativos que se qualificam).
Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas e prestações de serviços.
O rédito de vendas é reconhecido aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos e o rédito das prestações de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando os serviços forem prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.
O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que se cumprirá com todas as condições para o receber.
Os subsídios relacionados com ativos, inicialmente reconhecidos no capital próprio, são imputados à demonstração dos resultados (rendimentos) de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Imposto sobre o rendimento e Segurança Social

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% à matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC, acresce ainda derrama, incidente sobre o lucro tributável, bem como a tributação autónoma sobre alguns encargos, às taxas previstas no art.º 88.º do Código do IRC.
O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é o método do imposto a pagar.
O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos lucros tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.
Deste modo, as declarações fiscais relativas aos períodos de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.
No que diz respeito às contribuições para a Segurança Social, a obrigação de pagamento das quotizações e das contribuições prescreve no prazo de 5 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida, conforme dispõe a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas para o regime de normalização contabilísitica para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), adotaram-se pressupostos e estimativas que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou em resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

(a) Estimativa de férias e subsídio de férias de 2022, a pagar em 2023;

(b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis;

(c) Análises de imparidades, nomeadamente de contas a receber;

(d) Análise da necessidade de reconhecimento de provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os saldos de caixa e seus equivalentes detalha-se a seguir:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31/12/2022			31/12/2021		
		Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais
Caixa	Numerário (a)	414,20		414,20	55,49		55,49
	Subtotais	414,20	0,00	414,20	55,49	0,00	55,49
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	31 675,41		31 675,41	17 329,70		17 329,70
	Subtotais	31 675,41	0,00	31 675,41	17 329,70	0,00	17 329,70
Totais		32 089,61	0,00	32 089,61	17 385,19	0,00	17 385,19

(a) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de Janeiro

5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS / PARTES RELACIONADAS

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)	1 134,31	905,19
TOTAL	1 134,31	905,19

O saldo registado na conta de "investimentos financeiros" está relacionado com os fundos de compensação, regime instituído pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que entrou em vigor a partir do dia 1 de outubro de 2013, e que abrange os trabalhadores admitidos após esta data.
A entidade empregadora é, nos termos do Código do Trabalho, responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague aquele valor.
O regime dos fundos de compensação visam dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito.
Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito.
Sobre o valor reconhecido no Fundo Compensação Trabalho (FCT), no momento de cessação dos contratos de trabalho, poderá ser solicitado reembolso do saldo da conta de registo individualizado do trabalhador.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3 a 10 anos
Equipamentos Biológicos	-
Outros AFT	5 a 10 anos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 31.12.21	Quantias brutas escrituradas	0,00	38 983,91	15 870,61	49 714,43	31 477,87	0,00	2 568,51	0,00	138 615,33
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(36 405,24)	(12 884,20)	(49 476,10)	(30 978,54)	0,00	(2 568,51)	0,00	(132 312,59)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	2 578,67	2 986,41	238,33	499,33	0,00	0,00	0,00	6 302,74
Adições		0,00	0,00	1 489,99	0,00	650,00	0,00	24,99		2 164,98
Depreciações		0,00	(613,77)	(1 406,96)	(238,32)	(249,64)	0,00	(24,99)		(2 533,68)
Em 31.12.22	Quantias brutas escrituradas	0,00	38 983,91	17 360,60	49 714,43	32 127,87	0,00	2 593,50	0,00	140 780,31
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(37 019,01)	(14 291,16)	(49 714,42)	(31 228,18)	0,00	(2 593,50)	0,00	(134 846,27)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	1 964,90	3 069,44	0,01	899,69	0,00	0,00	0,00	5 934,04

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

O Custo inicial dos Ativos Intangíveis englobam o preço de compra ou construção/desenvolvimento, os direitos de importação, os impostos de compras não dedutíveis e os custos diretamente atribuíveis à preparação dos ativos para o seu uso, deduzidos dos descontos comerciais e abatimentos. O custo subsequente resulta no custo deduzido das amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Projetos de desenvolvimento	3 anos
Programas de computador	3 a 4 anos
Propriedade Industrial	1 a 5 anos
Outros ativos intangíveis	-

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Adiantam. p/ conta ativos intangíveis	Totais
Em 31.12.21	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições		0,00	0,00	1 719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 719,56
Em 31.12.22	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	1 719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 719,56
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	1 719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 719,56

8 INVENTÁRIOS

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período		Período 2022			Período 2021		
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
C.M.V.M.C	Inventários no início do período (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compras (+)	0,00	31 550,81	31 550,81	0,00	29 792,71	29 792,71
	Devoluções de compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Descontos e abatimentos em compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassificações é Regularizações (+/-)	0,00	932,18	932,18	0,00	778,62	778,62
	Inventários no fim do período (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		0,00	32 482,99	32 482,99	0,00	30 571,33	30 571,33

9 RÉDITO

O reconhecimento do rédito exige que a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Foram seguidas as seguintes políticas contabilísticas para o reconhecimento dos réditos:

Prestação de Serviços	O rédito é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação dos serviços. Quando possível, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação e é determinado com uma das seguintes metodologias: i) vistorias do trabalho executado; ii) proporção dos serviços executados até à data face ao total dos serviços a serem executados; iii) proporção dos custos incorridos até à data nos custos totais estimados da transação.

RÉDITOS OBTIDOS

Réditos obtidos	Réditos reconhecidos no período		Variação dos réditos do ano face réditos do período	
	Período 2022	Período 2021	em Valor	em %
Prestações de Serviços	36 475,00	44 470,50	-7 995,50	-18%
Totais	36 475,00	44 470,50	(7 995,68)	-18,0%

10 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro n.º 22 (NCRF 22) é fundamental que os subsídios do Governo sejam reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2022					
			Demonstração dos resultados		Balanço			
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas Capital Próprio		Reconhecidas no passivo	
					Redução (Imputação)	Aumento (Aprovações)	Rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com resultados	SEGURANÇA SOCIAL - SUBSÍDIO APOIO DOMICILIÁRIO	113 153,73		0,00			
		SEGURANÇA SOCIAL - PEA - CANTINA SOCIAL	2 645,00					
		SEGURANÇA SOCIAL - APOIO À FAMÍLIA (COVID)	94,00					
		IAPMEI - APOIO AO AUMENTO SMN	560,00					
		MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	14 804,50					
		DONATIVOS - PARTICULARES	3 080,00					
		DONATIVOS EM ESPÉCIE - BANCO ALIMENTAR	1 082,12		0,00			
		Subtotais	135 419,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais			135 419,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2021					
			Demonstração dos resultados		Balanço			
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas Capital Próprio		Reconhecidas no passivo	
					Redução (Imputação)	Aumento (Aprovações)	Rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com resultados	SEGURANÇA SOCIAL - SUBSÍDIO APOIO DOMICILIÁRIO	97 317,00					
		SEGURANÇA SOCIAL - APOIO À FAMÍLIA (COVID)	481,80					
		IAPMEI - APOIO AO AUMENTO SMN	464,75					
		BANCO ALIMENTAR	778,62					
		CONSIGNAÇÃO IRS	49,29					
		MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	3 500,00					
		DONATIVOS - PARTICULARES	1 890,00					
		Subtotais	104 481,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais			104 481,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11 FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDOS

Em 31 de Dezembro de 2022 s fundo patrimonial regista o valor total de 2379,27 euros.

EXCEDENTES TÉCNICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 os excedentes técnicos ascendiam a 18000 euros.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS

	Saldo em 31/12/2020	Movimentos em 2021		Saldo em 31/12/2021	Movimentos em 2022		Saldo em 31/12/2022
		Aumentos	Reduções		Aumentos	Reduções	
Fundos	2 379,27			2 379,27			2 379,27
Outras reservas	18 000,00			18 000,00			18 000,00
Resultados transitados	-4 164,97	-7 577,54		-11 742,51	4 959,48		-6 783,03
Resultado líquido do exercício	-7 577,54	4 959,48	-7 577,54	4 959,48	7 751,59	4 959,48	7 751,59
	8 636,76	-2 618,06	-7 577,54	13 596,24	12 711,07	4 959,48	21 347,83

12 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	Diferimentos	2022		2021	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	GASTOS A RECONHECER	1 391,77	0,00	1 326,46	0,00
	Seguros	1 265,72		1 194,19	
	Outros gastos a reconhecer	126,05		132,27	

13 DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	Diferimentos	2022		2021	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	0,00	0,00	1 832,29	0,00
	Outros acréscimos de rendimentos			1 832,29	
Passivo	CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	13 571,21	0,00	10 137,51	0,00
	Remunerações a liquidar	12 870,00		9 484,37	
	Outros acréscimos de gastos	701,21		653,14	

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos sobre o valor acrescentado			77,34	
Retenção na fonte		310,00		
Contribuições para a segurança social		1 667,85		1 341,19
Totais	0,00	1 977,85	77,34	1 341,19

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2022 e 2021 é detalhada com se como segue:

	2022	2021	Variação em %
Subcontratos		382,50	-100,00%
Serviços especializados	24 838,33	9 087,41	173,33%
Materiais	1 541,31	2 601,59	-40,76%
Energia e fluídos	13 704,43	11 633,02	17,81%
Deslocações, estadas e transportes	1 440,79	2 521,08	-42,85%
Serviços diversos	4 353,19	4 556,41	-4,46%
Totais	45 878,05	30 782,01	49,04%

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados. O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

A rubrica de gastos com o pessoal nos períodos findos de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	66 577,39	65 204,95
Encargos sobre as remunerações	14 355,40	13 770,14
Seguro Acidentes no trabalho e doenças profissionais	775,57	965,75
Outros gastos com pessoal	659,19	
Totais	82 367,55	79 940,84

O número médio de colaboradores no períodos 2022 foi de 7.

Em relação ao pessoal ao serviço e respectivas horas trabalhadas em 2022, a Centro Social e Paroquial de Monsul registou os seguintes valores:

	N.º de Pessoas	Horas Trabalhadas
PESSOAL POR REMUNERAÇÃO:		
Pessoal remunerado	7	12 543
Pessoal não remunerado		
PESSOAL POR SEXO:		
Homens		
Mulheres	7	12 543
PESSOAL POR HORÁRIO DE TRABALHO		
Pessoal ao serviço a templo completo	6	12 243
Pessoal ao serviço a templo parcial	1	300

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	Período 2022	Período 2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	0,01
Correções relativas a períodos anteriores		836,83
Restituição de impostos	139,31	
Totais	139,41	836,84

18 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	Período 2022	Período 2021
Impostos		30,00
Outros gastos e perdas	1 019,90	1 133,18
Totais	1 019,90	1 163,18

Segue o detalhe de outros gastos e perdas referidos no quadro anterior nos períodos de 2022 e 2021:

	Período 2022	Período 2021
Correções de períodos anteriores	909,88	1 023,17
Quotizações	110,00	110,00
Outras não especificadas	0,02	0,01
Totais	1 019,90	1 133,18

19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão no dia 30 de março de 2023. Contudo estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor.
Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período ou influenciem a sua apreciação.

20 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo artigo n.º 210º do Código Contributivo:
A Direção informa que no final do período de 2022 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Informação requerida no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro:
A Direção informa que no final do período de 2022 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante o Estado.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação dos resultados

Conforme proposta que consta do Relatório de gestão, os resultados do período de 2022, no montante global positivo de 7751,59 euros, tenham a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	**7 751,59 €**

Póvoa de Lanhoso, 30 de março de 2023

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823